

**Reestruturação
sócio-espacial: as estratégias
espaciais de ação adotadas
pelas empresas no Paraná**

*Social and spatial
restructuring: the space
strategies of action
adopted by the
companies in Paraná State*

*Reorganización
socioespacial: las estrategias
espaciales de la acción
adoptadas por
las compañías en el Paraná*

CLEVERSON

ALEXSANDER REOLON

Graduado em Geografia, UNIOESTE –
Marechal Cândido Rondon/PR, e Mestre em
Desenvolvimento Regional e Agronegócio,
UNIOESTE – Toledo/PR.
clralex@ibest.com.br

EDSON BELO

CLEMENTE DE SOUZA

Doutor em Geografia
Professor do Curso de Graduação em
Geografia, UNIOESTE – Marechal Cândido
Rondon/PR, e dos cursos de Mestrado em
Geografia, UNIOESTE – Francisco
Beltrão/PR e em Desenvolvimento Regional
e Agronegócio, UNIOESTE – Toledo/PR.
Pesquisador do GETTER e do GEPEC
ebelo@unioeste.br

Resumo: A reestruturação sócio-espacial ocorre, sobretudo, em virtude da atuação das empresas oligopolistas e dos grupos econômicos que, através de diversas estratégias espaciais de ação – possibilitadas pelas redes –, almejam a maximização dos seus lucros. Tais estratégias compreendem tanto a localização das unidades produtivas quanto das atividades de gestão do capital, identificando-se, assim, com os processos de concentração ou desconcentração e centralização ou descentralização, fenômenos que possuem correspondência com o processo de metropolização. No Paraná, os processos de desconcentração das unidades de produção são ligeiramente majoritários frente aos de concentração, embora ocorram de forma diferenciada setorialmente e estejam beneficiando os pólos regionais do Estado, em detrimento dos municípios economicamente menos dinâmicos. No âmbito das atividades de gestão do capital as estratégias espaciais de ação adotadas pelas empresas indicam um movimento mais harmônico, privilegiando a metrópole.

Palavras-chave: Reestruturação sócio-espacial; Metropolização; Centralização do capital; Desconcentração das unidades produtivas; Concentração das unidades produtivas.

Abstract: The social and spatial restructuring happens, above all, because companies that dominate the market and economical groups that, through several space action strategies – made possible by the nets –, searching for maximization their gains. Such strategies comprise as much the localization productive units as the activities of capital management, identifying they with the concentration or dispersion processes and centralization or decentralization, phenomena that possess correspondence with the metropolization. In Paraná, the dispersion process of production units are lightly majority front to the of concentration, although they happen in way differentiate, by section, and be benefitting the regional poles state, to the detriment municipal districts less economically dynamic. In the extent of the activities of capital management, the space strategies of action adopted by the companies indicate a harmonious movement, privileging the metropolis.

Keywords: Social and spatial restructuring; Metropolization; Centralization of the activities of capital management; Dispersion of the productive units; Concentration of the productive units.

Resumen: La reestructuración socioespacial ocurre, principalmente, en virtud del funcionamiento de las compañías oligopolistas y de los grupos económicos que, por medio de las diversas estrategias espaciales de la acción – hecha posible por las redes –, desean la maximización de sus lucros. Tales estrategias incluyen la localización de las unidades productivas cuánto las actividades de la gerencia del capital, identificándose, así, con los procesos de concentración o desconcentración y centralización o descentralización, fenómenos que poseen correspondencia con el proceso de metropolización. En el Paraná, los procesos de desconcentración de las unidades de producción son levemente mayores que de la concentración, aún que ocurran de forma distinguida sectorialmente y están beneficiando los polos regionales del Estado, en el detrimento de las ciudades economicamente menos dinámicas. En el alcance de las actividades de la gerencia del capital, las estrategias del espacio de la acción adoptadas por las compañías indican un movimiento más armónico, privilegiando la metrópoli.

Palabras clave: Reestructuración socioespacial; Metropolización; Centralización del capital; Desconcentración de las unidades productivas; Concentración de las unidades productivas.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica das estratégias espaciais de ação das empresas, implementadas atualmente no Paraná. Para tanto, faz-se uso dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), referentes ao número de estabelecimentos empresariais situados no Estado nos anos de 1995 e 2004. O início do período analisado, segundo Firkowski (2001), corresponde ao marco das transformações da estrutura industrial produtiva do Paraná.

No intuito de identificar os processos de concentração ou desconcentração espacial das unidades produtivas, analisa-se o caso da indústria de transformação¹. Paralelamente, também é analisada a evolução do número de estabelecimentos que correspondem às sedes de empresas e unidades administrativas locais agregados às atividades de gestão de participações societárias (holdings)², atividades que, categoricamente, identificam os processos de centralização ou descentralização espacial da gestão do capital.

Dois estudos de caso também norteiam o estudo, o primeiro se refere às montadoras de automóveis, mais especificamente se tratando da Renault e Audi/Volkswagen, empresas em cuja produção se emprega um alto padrão tecnológico. O segundo caso é o da Sadia, indústria tradicional que atua no ramo da produção de alimentos.

A reestruturação sócio-espacial e seus determinantes

Lencioni (1999) definiu como reestruturação sócio-espacial as transformações industriais e urbanas por que se vem passando nos últimos anos, o que, pode-se dizer, implica a reorganização do espaço num sentido amplo, abrangendo os objetos geográficos em geral, a população e os fluxos de toda ordem.

A autora afirma que esta reestruturação seria definida pela atuação das empresas oligopolistas e dos grupos econômicos, não se fundando diretamente no progresso tecnológico, pelo menos no caso do Brasil. Isto pode ser tomado como válido, no entanto, é pertinente ponderar que as redes³, desenvolvidas no seio da telemática, passaram a representar a possibilidade de adoção de estratégias espaciais de ação pelas empresas, tornando-se, de acordo com Santos (2004a, p. 274), um dos "suportes da competitividade".

¹ Conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), definidas pela Comissão Nacional de Classificação (2006).

² Conforme definição da Comissão Nacional de Classificação (2006) "as atividades das empresas holdings não financeiras que têm como objeto principal a participação acionária relevante em atividades econômicas de terceiros, exercendo o controle (controladora) sobre as sociedades ou delas participam em caráter permanente com investimento relevante em seu capital, numa relação de dominação com suas filiadas e subsidiadas. A atividade da gestão de participação acionária é complementada por atividades auxiliares de serviços administrativos ou de gerenciamento, inclusive com remuneração".

³ No plano técnico, as redes se identificam como condutoras, por excelência, da informação, o que Santos (2004) caracteriza como sendo a matéria-prima da revolução tecnológica.

Mas o que seriam estas estratégias espaciais de ação adotadas por tais empresas? Conforme Ficher (2003, p. 14),

[...] a escolha pelo local de implantação depende das capacidades do meio em satisfazer as exigências de funcionamento da empresa, permitindo-lhe ao mesmo tempo minimizar os seus custos de localização e de produção e otimizar seus benefícios (de toda natureza).

Isto, na opinião do autor, consiste numa busca pela rentabilidade do espaço, o que, em outras palavras, significa busca por uma localização que garanta a maximização dos lucros empresariais. Nesse sentido, as estratégias espaciais de ação compreendem tanto a localização das unidades produtivas quanto das atividades de gestão do capital, identificando-se, assim, com os processos de concentração ou desconcentração e centralização ou descentralização.

Neste ponto, torna-se pertinente abrir um parêntese textual para chamar atenção às confusões conceituais a que estão sendo submetidos os termos (des)concentração e (des)centralização espacial ao se tratar das transformações econômico-produtivas por que vem passando o Brasil. Lencioni (1999) e Firkowski (1999) asseveram a necessidade de distinguí-los.

A propósito da centralização, Lencioni (1999), ao analisar o caso do Estado de São Paulo, afirma que, do ponto de vista jurídico, por meio de fusões, absorções e associações de empresas, o capital social se tem centralizado gradualmente e, quanto ao aspecto espacial, a cidade de São Paulo reafirma-se, mais e mais, como centro nacional na medida em que reúne as atividades de comando do capital.

Semelhantemente, Almeida (2003, p. 392) enfatiza que São Paulo centraliza as decisões porque possui um papel de comando sobre o território, "que abarca, sobretudo, a gestão, a administração e as grandes transações financeiras e econômicas".

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Corrêa (1995, p. 247), ao analisar a dinâmica espacial das atividades bancárias do país, refere-se a São Paulo como um local central por ser dotado de atividades quaternárias, "como sedes das grandes empresas industriais, comerciais e de serviços financeiros, de consultoria e auditoria empresarial, dentre outros", fazendo desta cidade um centro de gestão do capital.

A desconcentração das unidades produtivas é definida por Lencioni (1999) como sendo a expansão da indústria para o interior, ou seja, trata-se da redistribuição das indústrias pelo território, já que, até recentemente, estavam muito concentradas, sobretudo, nas capitais e regiões metropolitanas dos Estados da região Sudeste do país. Porém, isto não caracteriza, exclusivamente, a realocação das unidades produtivas, pois, como alerta Pacheco (1999, p. 33), apenas em casos isolados este processo "assumiu a forma de traslado de plantas industriais". O que ocorre,

portanto, é a perda de participação relativa do número de empresas, pessoal empregado e valor da produção dessas áreas frente as demais regiões do país.

A descentralização da gestão, bem como a concentração das unidades produtivas, representam, respectivamente, processos inversos aos descritos anteriormente.

Sendo assim, pode-se dizer que a centralização ou descentralização possui um aspecto qualitativo em relação às estratégias empresariais cuja ação é norteadada pelo espaço, ao passo que o processo de concentração ou desconcentração corresponde a um fenômeno de ordem quantitativa. É importante salientar que, pelo fato de a (des)centralização estar vinculada à localização das unidades de gestão do capital e a (des)concentração às unidades de produção, estes processos podem ocorrer simultaneamente em uma mesma firma.

Portanto, pode-se dizer que, a reestruturação sócio-espacial ocorre em virtude da atuação das empresas oligopolistas e dos grupos econômicos que, através de diversas estratégias espaciais de ação - possibilitadas pelas redes -, almejam a maximização dos seus lucros.

As estratégias espaciais de ação das empresas e a metropolização

Inicialmente, convém explicitar que o Estado, por diversas razões, pode influenciar tanto os processos de metropolização quanto as estratégias espaciais de ação adotadas pelas empresas oligopolistas e grupos econômicos. Segundo Benko (2002, p. 50), há uma complexa interação “entre as estratégias pró-competitivas usadas pelos governos para assegurar o crescimento em uma economia aberta e as usadas pelas empresas para assegurar a própria rentabilidade dentro de um sistema mundial”. Destarte, torna-se possível considerar que os processos de reestruturação sócio-espacial podem ganhar ímpeto caso as empresas se deparem com um Estado flexível frente às suas demandas, contudo, é importante frisar que esta flexibilização não é determinada pelas estratégias espaciais de ação adotadas pelas empresas, podendo se constituir (quando não for parte de um plano de governo) no máximo como uma reação do Estado face a elas.

Realizados tais esclarecimentos, pode-se partir para a análise do papel determinante que as estratégias espaciais de ação das empresas exercem sobre o processo de metropolização.

Conforme Benko (2002, p. 51) “o crescimento, a potência e a riqueza estão cada vez mais concentrados [e centralizados] em um número limitado de grandes pólos”. Ficher (2003) parece concordar com este autor, na medida em que assinala que o processo de metropolização constitui uma das “tendências geográficas de peso” da atualidade, fazendo dos “pontos fortes” do território os lugares privilegiados para o desenvolvimento⁴.

⁴ De acordo com Ficher (2003), são três as “tendências geográficas de peso”: 1) a metropolização; 2) o desenvolvimento das infra-estruturas e das redes de transporte de grande velocidade; 3) o desenvolvimento tecnológico e das novas tecnologias.

Portanto, na implementação das estratégias espaciais de ação, as empresas acabam, como visto anteriormente, não só promovendo transformações organizacionais que dizem respeito às atividades, modos e meios de se realizar a produção e reprodução do capital, mas também engendram a reorganização dos objetos geográficos e dos fluxos de toda ordem, inclusive de investimentos. Por isso, as estratégias espaciais de ação exprimem causalidade também em relação ao processo de metropolização⁵, que, de acordo com Carlos (2003, p. 83), constitui-se na “hierarquização do espaço a partir da dominação de centros que exercem sua função administrativa, jurídica, fiscal, policial e de gestão”.

A preferência ou necessidade de centralização e/ou concentração espacial das atividades empresariais nos grandes centros metropolitanos pode advir de diversos fatores. Inicialmente, Benko (2002) sugere duas linhas de raciocínio para se entender este processo de metropolização, a primeira está pautada na “economia relacional”. Para este autor (p. 52-53),

esta economia relacional diz respeito aos serviços propriamente ditos (em que a eficácia está na própria relação), mas também aos setores manufatureiros, nos quais as atividades giram em torno de grandes sistemas técnicos cuja fiabilidade depende diretamente da qualidade da comunicação entre os homens.

Benko (2002) também ressalta a importância do que chama de “economia da incerteza”. De acordo com ele, as empresas clamam por flexibilização do processo de produção, e a metrópole funcionaria como um “grande comutador que permite a organização flexível das cadeias produtivas” (p. 53).

A respeito da revolução científica, Davidovich (1994, p. 303) também atesta que “as aglomerações urbanas representam certa defesa contra os riscos da incerteza”. No que se refere ao mercado de consumo, esta idéia vai ao encontro daquela proposta por Santos (1990), onde postula que a concentração e/ou centralização se deve, em parte, ao grande número de consumidores situados nas metrópoles, sobretudo quando se tratar de um nicho de mercado eminentemente urbano.

Esta idéia de Santos ainda é fortalecida por Ficher (2003), pois este autor atesta que, para que ofereçam eficiência e rentabilidade, as novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) - de valor altamente estratégico para as empresas -, necessitam ter os volumes de dados a serem tratados reagrupados ao máximo, uma vez que necessitam de um amplo mercado consumidor. Mas, em relação a este aspecto, também se torna importante ressaltar a priorização da

⁵ Benko (2002, p. 52) alerta que este novo processo de metropolização (se perguntando se não corresponderia a “um novo ciclo das economias urbanas” - tal como proposto por Braudel em 1967) mostra indícios de uma “desconexão crescente entre a economia dos centros e a das periferias”, de modo que, diferentemente do que possa ter ocorrido no passado, a ação de forças centrífugas (de dispersão) do desenvolvimento econômico são, gradualmente, suplantadas pela horizontalização das relações entre centros de mesmo nível, especialmente entre os grandes centros.

metrópole quanto aos investimentos voltados à instrumentalização (tecnificação) do território, como no caso dos cabos de fibra óptica (DAVIDOVICH, 2000).

Benko (2002) ainda menciona que o vasto mercado de mão-de-obra e grande quantidade de serviços públicos e privados oferecidos na metrópole, além da redução dos preços de saída de uma atividade, também seriam atrativos para os empresários.

Amorim Filho e Serra (2001, citados por GALVÃO; AVELLAR, 2004) creditam a concentração e/ou centralização das atividades na metrópole às facilidades de transferência de tecnologia dos laboratórios (universidades, centros de pesquisa e serviços industriais de alta qualificação) ao interior do espaço produtivo.

Finalmente, de um modo geral, Lencioni (1999, p. 122) certifica que

a concentração atende ao objetivo de maximizar a eficiência geral das empresas, quer aproximando mercados, fornecedores e consumidores, quer reduzindo custos de circulação e de distribuição de mercadorias e de realização dos serviços.

Mas, se, por um lado, admite-se que as estratégias espaciais de ação adotadas pelas empresas determinam, pelo menos em parte, a metropolização, por outro, a recíproca também é verdadeira. Até por isso, considera-se que o uso do termo reestruturação sócio-espacial seja mais adequado para se referir às transformações industriais e urbanas do que o termo reestruturação produtiva, geralmente empregado como sinônimo.

Os motivos que levam as empresas a se desconcentrarem e/ou descentralizarem das grandes aglomerações urbanas também são vários, entre os mais citados estão as deseconomias de aglomeração (ou externalidades negativas, inerentes, principalmente, aos grandes centros), tais como a poluição sonora e do ar, os congestionamentos de trânsito, o alto preço imobiliário, os altos índices de criminalidade, a saturação dos serviços de infra-estrutura produtiva e de saúde, dentre outros (DAVIDOVICH, 2000; DINIZ, 1995; GALVÃO; AVELLAR, 2004; LENCIONI, 1999). Entretanto, como alerta Sabóia (2001), também são decisivos, nesse sentido, as diferenças salariais entre as diversas regiões do país, a proximidade das fontes de matérias-primas, o nível de infra-estrutura local, o desenvolvimento do Mercosul e a guerra fiscal entre as diversas esferas do governo.

Outros importantes fatores que motivam tais processos seriam a inexpressiva atuação do movimento sindical e inexistência de um forte passado industrial nas regiões e locais de destino das firmas, bem como a flexibilidade de suas legislações ambientais (FIRKOWSKI, 2002; FIRKOWSKI *et al.* 2005; BOTELHO, 2002).

Convém ressaltar que não há consenso entre os pesquisadores quanto ao papel que a guerra fiscal exerce sobre a distribuição das unidades produtivas no país. Para Cosso (2002, citado por BOTELHO, 2002, p. 57), por exemplo, embora, por algum tempo, a guerra fiscal possa ter representado um elemento que induziu a desconcentração espacial das unidades produtivas, ao

longo dos anos de 1990, acabou se convertendo num importante fator de reconcentração da economia brasileira em direção ao Centro-Sul do país, isto porque, em longo prazo, "a generalização do conflito fiscal fez com que os ganhos iniciais dos Estados mais pobres desaparecessem, já que as áreas mais ricas contam com uma infra-estrutura que melhor atende aos interesses das indústrias".

A partir deste momento analisar-se-á a dinâmica das estratégias espaciais de ação empregadas pelas empresas tomando-se de exemplo o caso paranaense.

A dinâmica das estratégias espaciais de ação implementadas no Paraná

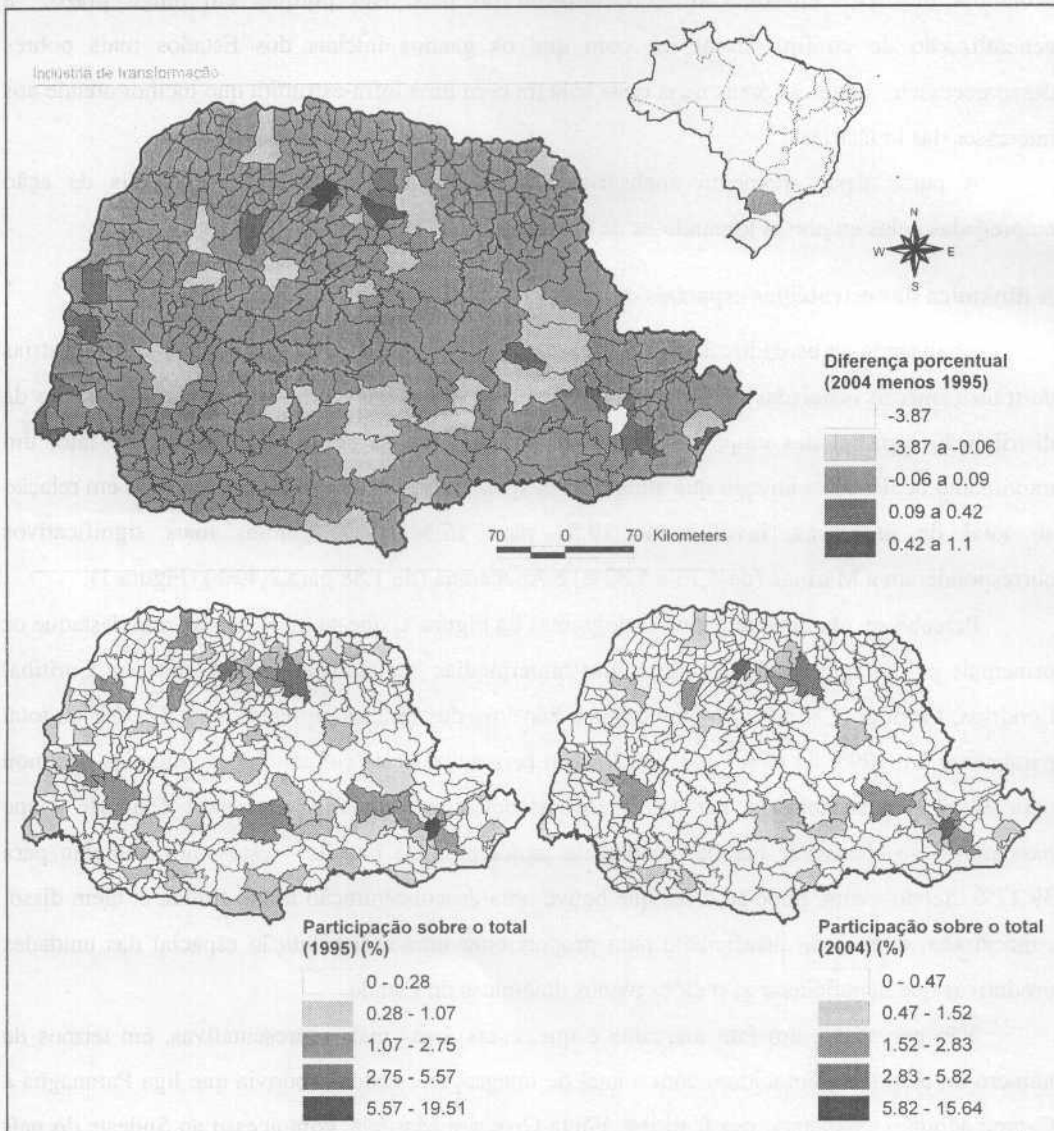
Analisando-se os dados da RAIS, referentes ao número de estabelecimentos das indústrias de transformação instaladas no Paraná, nos anos de 1995 e 2004, nota-se que a configuração da distribuição espacial das empresas pouco se alterou, embora possa ter ocorrido, de fato, um movimento de desconcentração que atingiu, principalmente, Curitiba, cuja participação em relação ao total de indústrias, involuiu de 19,51 para 15,64%. Os ganhos mais significativos corresponderam a Maringá (de 4,73 a 5,82%) e Apucarana (de 1,88 para 2,49%) (Figura 1).

Percebe-se, claramente, pelos cartogramas da Figura 1, que se mantiveram com destaque os principais pólos regionais do Estado e suas hinterlândias. As indústrias localizadas em Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e São José dos Pinhais representavam 37,56% do total paranaense em 1995, ao passo que, em 2004, o percentual deste conjunto de municípios declinou para 34,54%, entretanto, se agregados aos estabelecimentos de Apucarana e Cianorte - que passaram a se sobressair perante os demais municípios do Estado -, este valor aumenta para 39,17%. Sendo assim, pode-se dizer que houve uma desconcentração muito tímida e, além disso, concentrada, demasiada insuficiente para proporcionar uma redistribuição espacial das unidades produtivas que beneficiasse as regiões menos dinâmicas do Estado.

Não por acaso, um fato marcante é que, essas áreas mais representativas, em termos de número de empresas, coincidem com o anel de integração estadual, rodovia que liga Paranaguá a Campo Mourão - passando por Curitiba, Ponta Grossa e Maringá, com acesso ao Sudeste do país através de Londrina -, e também Paranaguá a Foz do Iguaçu - passando por Curitiba, Guarapuava e Cascavel.

Não obstante, estudos de diversos autores, como Diniz (1995), Pacheco (1999) e Sabóia (2001), sugerem que há um comportamento setorial distinto quanto ao processo de desconcentração no interior da seção que compreende as indústrias de transformação. No Paraná, há estudos de caso sobre o assunto que corroboram esta tese, sobretudo os desenvolvidos e orientados por Olga Lúcia Firkowski, abordando o fenômeno da reestruturação sócio-espacial através do estudo da indústria automotiva do Estado, como se verá mais adiante.

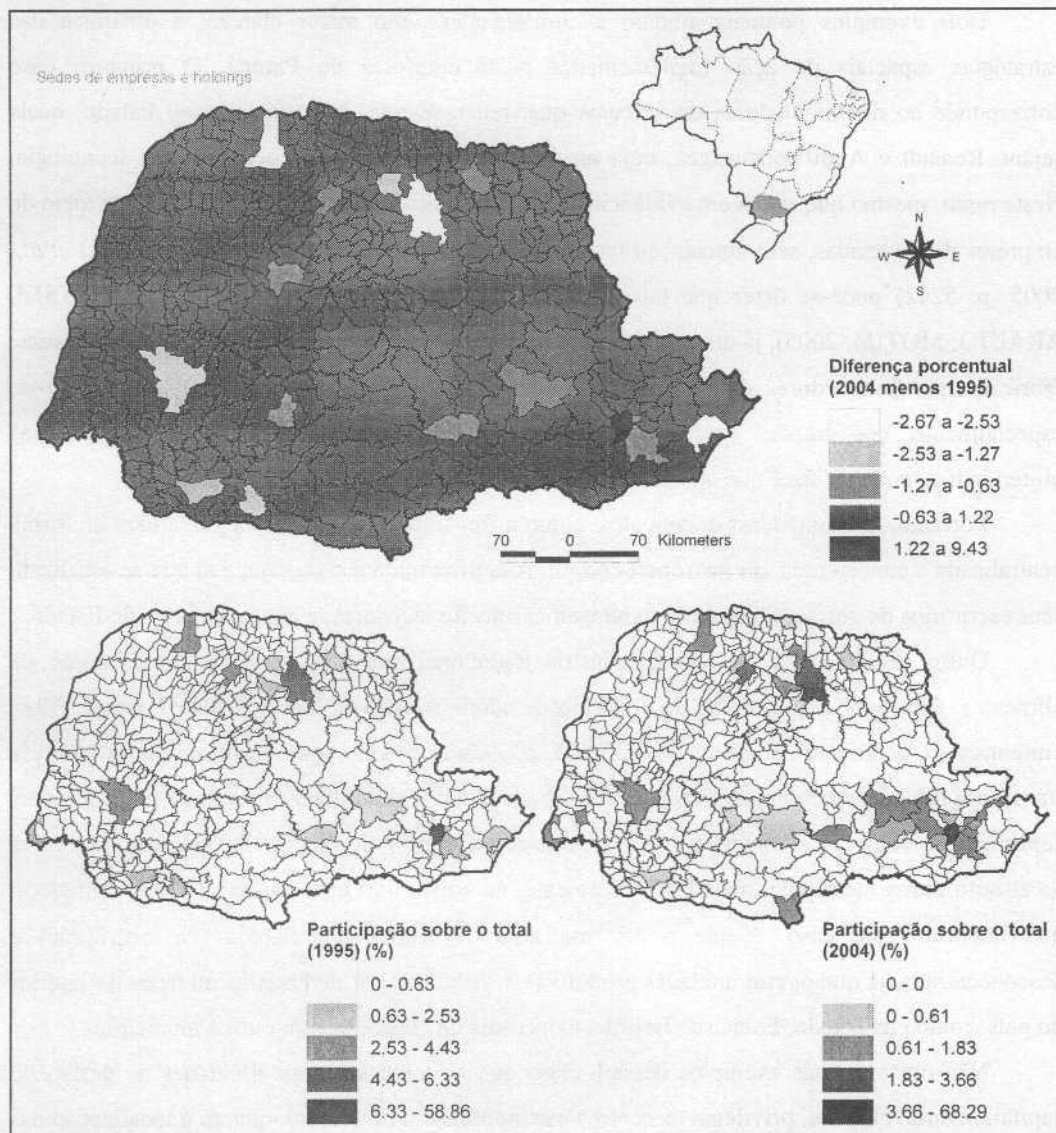
Figura 1- Porcentagem de unidades locais em relação ao total do Paraná (1995 e 2004) e diferença percentual de participação (1995-2004), de acordo com os municípios do Estado



Fonte de dados: RAIS (1995 e 2004); **Base Cartográfica:** IBGE, 1997 - Extraído de IBGE (2003); Organizado pelos autores.

A propósito das estratégias espaciais de ação que visam a localização das atividades de gestão do capital, pode-se observar, por intermédio da Figura 2, que Curitiba foi o município com maior ganho de participação em relação ao total de empresas, cujo percentual se ampliou de 58,86 para 68,29%.

Figura 2- Porcentagem de sedes de empresas e unidades administrativas mais as holdings em relação ao total do Paraná (1995 e 2004) e diferença percentual de participação (1995-2004), de acordo com os municípios do Estado



Fonte de dados: RAIS (1995 e 2004); Base Cartográfica: IBGE, 1997 – Extraído de IBGE (2003); Organizado pelos autores.

Londrina, Maringá e Paranaíba que, em relação às atividades em análise, apresentavam certo destaque frente aos demais municípios do Estado no ano de 1995, perderam representatividade em relação a capital estadual em função de uma diminuição absoluta do número empresas. O percentual de estabelecimentos de Londrina regrediu de 6,33 para 3,66% entre o

início e o final do período, em Maringá também houve redução, de 4,43 para 3,66%, do mesmo modo que em Paranavaí, de 3,80 para 1,22%.

Dois exemplos pontuais ajudam a compreender, com maior clareza, a dinâmica das estratégias espaciais de ação implementadas pelas empresas no Paraná. O primeiro caso corresponde ao das montadoras de veículos que, recentemente, se instalaram no Estado, quais sejam, Renault e Audi/Volkswagen, cuja produção emprega um alto coeficiente de tecnologia. Neste ramo, mesmo que esteja em evidência a "(des)integração do processo produtivo por meio de empresas diferenciadas, sem vinculação jurídica" (BENKO, 1996, citado por FIRKOWSKI *et al.*, 2005, p. 5242) pode-se dizer que tais empresas atuam de forma centralizada (FIRKOWSKI, ARAÚJO; MOTIM, 2005), já que a elaboração do projeto do veículo e supervisão das suas partes, fabricadas por fornecedores, é de incumbência da montadora. Como os fornecedores localizam-se, especialmente, nos grandes centros metropolitanos de forte tradição industrial ou em suas hinterlândias, pode-se dizer que atuam de forma concentrada.

Portanto, as montadoras de veículos, como a Renault e Audi/Volkswagen, atuam de forma centralizada e concentrada em metrópoles ou em suas proximidades, ou seja, é aí que se localizam seus escritórios de gestão, fábricas de montagem e seus fornecedores, e não no interior do Estado.

Outro exemplo é o da Sadia, indústria tradicional que atua no ramo da produção de alimentos. Conforme o presidente do conselho de administração da Sadia, Walter Fontana Filho, em entrevista cedida ao Jornal do Oeste (2005, p. 7), no primeiro semestre deste ano a empresa transferirá um centro administrativo para Curitiba, a fim de "centralizar as áreas de planejamento, suprimentos, compras e engenharia". Na verdade, o centro de gestão da empresa já estava localizado numa metrópole, mais especificamente, no bairro da Lapa, em São Paulo. Contudo, o que importa neste caso, é que a empresa atua de forma centralizada (na metrópole) e desconcentrada, já que possui unidades produtivas distribuídas por diversas localidades do interior do país, como em Toledo, Francisco Beltrão, Concórdia do Oeste⁶, dentre outros municípios.

Não obstante, tais exemplos deixam claro que a localização das atividades de gestão do capital, invariavelmente, privilegia os centros metropolitanos. Entretanto, quanto à localização das unidades produtivas, o movimento não parece ser tão coeso, de modo que as empresas, dependendo do ramo de atividade em que atuam e do coeficiente tecnológico que empregam em suas atividades produtivas, optam ou não por concentrá-las nas grandes cidades ou em suas adjacências.

⁶ Respectivamente, regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina.

Considerações finais

Os processos de desconcentração das unidades produtivas, apesar de majoritários frente aos de concentração, são muito diferenciados setorialmente, pouco se ajustando a explicações generalizantes. Além disso, esta desconcentração, quando ocorre, faz-se de maneira concentrada, privilegiando os pólos regionais, geralmente cidades de porte médio dotadas de uma infra-estrutura - sobretudo viária - satisfatória para o atendimento das demandas do capital, além de, segundo Amorim Filho (1984), contarem com um significativo exército de reserva de mão-de-obra e se privarem das deseconomias de aglomeração que tanto afligem os grandes centros populacionais.

Pacheco (1999) chegou a conclusões similares ao observar, mais atentamente, o caso de São Paulo, afirmando que, desta forma, o que se presencia no país é um processo de desconcentração moderado com tendência à formação de ilhas de produtividade em quase todas as regiões, cuja localização coincide bastante com as coordenadas geográficas de cidades de porte médio.

No entanto, diferentemente deste autor e corroborando com Becker (2004), não se crê que haja uma despolarização econômica. Isto devido, justamente, à ocorrência simultânea de um processo de centralização espacial das atividades de gestão do capital. Neste caso, as estratégias espaciais de ação adotadas pelas empresas indicam um movimento mais harmônico, se bem que, no período analisado, houve uma sensível diminuição do número de sedes de empresas e unidades administrativas locais no Paraná, ao contrário das holdings⁷. Independente disto, houve um crescimento porcentual do número de empresas que desempenham tais atividades em Curitiba, ou seja, houve um processo de centralização espacial das atividades de gestão que privilegiou a metrópole.

Não obstante, apesar da relativa inércia com que se dá esta desconcentração, pode-se dizer que este processo, ao menos no que tange as atividades que necessitam menor coeficiente tecnológico para serem desempenhadas, parece ser inevitável num país de dimensões continentais como o Brasil, cujo crescimento populacional, conforme indicam as projeções do IBGE (2006), deve se estender, seguramente, até meados do século, quando o país deverá contar com, aproximadamente, 260 milhões de habitantes.

Contudo, julgar que este processo prescindirá da possibilidade de fluidez, amparada pela tecnificação do território, é um equívoco. De acordo com Santos (2004b, p. 77),

⁷ Hipoteticamente, este fato, sobretudo se deveria aos processos de fusões e aquisições empresariais, dentro de um contexto de monopolização e oligopolização de alguns setores produtivos, estimulados por uma maior abertura econômica ao mercado externo iniciada, principalmente, a partir do início da década de 1990.

[...] a vida de uma empresa vai além do mero processo técnico de produção e alcança todo entorno, a começar pelo próprio mercado e incluindo também as infra-estruturas geográficas de apoio, sem o que ela não pode ter êxito. É o Estado nacional que, afinal, regula o mundo financeiro e constrói infra-estruturas, atribuindo, assim, a grandes empresas escolhidas a condição de sua viabilidade.

Deste modo, a velocidade com que se dará o processo de desconcentração será determinada, sobretudo, pela ampliação dos sistemas de engenharia, capazes de favorecer a fluidez tanto material quanto imaterial pelo território, e também capazes de oferecer sustentabilidade energética aos espaços incluídos em tal processo. Portanto, a desconcentração das unidades de produção é, em primeira instância, muito dependente da capacidade fiscal do governo em realizar tais investimentos. Esta afirmação está de acordo com a tese da involução metropolitana, preconizada por Santos (1994), cuja principal causa também estaria na difusão do meio técnico-científico pelo território nacional.

Referências

- ALMEIDA, Eliza. Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 389-400.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. *Revista Geografia e Ensino*. Belo Horizonte: v. 2, n. 1, p. 5-34, jun. 1984.
- BECKER, Bertha. Uma nova regionalização para pensar o Brasil? In: LIMONAD, Estar; MOREIRA, Ruy (Org.). *Brasil, Século XXI - por uma nova regionalização? Agentes, processo e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 11-27.
- BENKO, Georges. Mundialização da economia, metropolização do mundo. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP, n. 15, p. 45-54, 2002.
- BOTELHO, Adriano. Reestruturação produtiva e produção do espaço: o caso da indústria automobilística instalada no Brasil. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP, n. 15, p. 55-64, 2002.
- BRASIL (Estado). Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Bases Estatísticas*. Disponível em: <<https://sgt.caged.com.br/index.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2006.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: Dinâmica urbana e metropolização. *Revista Território*, Rio de Janeiro: ano VII, p. 77-89, set./out. 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Concentração bancária e os centros de gestão do território. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio; BECKER, Bertha K.; DAVIDOVICH, Fany R. da; GEIGER, Pedro P. (Org.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- DAVIDOVICH, Fany. Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. In: *XXIV Encontro anual da Anpocs*. Petrópolis, 2000.

_____. Refuncionalização do espaço geográfico, uma abordagem preliminar. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: n. 56, p. 301-306, jan./dez. 1994.

DINIZ, Clélio Campolina. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, 375).

FICHER, André. A dimensão espacial no "aménagement" do território - o exemplo francês. *Revista RA'E GA*, Curitiba: UFPR, n. 7, p. 9-17, 2003.

FIRKOWSKI, Olga *et al.* Organização industrial em rede: considerações sobre a Audi/Volkswagen e Renault no Paraná. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo. São Paulo: USP, 2005. p. 5241-5252.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: Iparde, n. 103, p. 79-100, 2002.

_____. O processo recente de localização industrial na área metropolitana de Curitiba. Concentração ou desconcentração? In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999, p.137-151.

FIRKOWSKI, Olga; ARAÚJO, Silvia Maria de; MOTIM, Benilde M. Lenzi. A inserção do Paraná na lógica do capital mundial - território e trabalho na nova indústria automobilística. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo. São Paulo: USP, 2005. p. 5219-5240.

GALVÃO, Cláudia A.; AVELLAR, Wilhelm Albert. Capitalismo, descentralização industrial e o crescimento das cidades de porte médio. In: *Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Goiânia, 2004. 1 CD-ROM.

IBGE. Comissão Nacional de Classificação (CONCLA). *Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)*. - Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 fev. 2006.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. *Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2004*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 mar. 2006.

IBGE. *Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas-Estatcart*. Versão 2.1. Rio de Janeiro, 2003. 1 CD-ROM.

JORNAL DO OESTE. Sadia Investirá R\$ 150 milhões no Paraná. Toledo, 14 dez. 2005. Caderno Oeste Rural, p. 7.

LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo e transformações industriais. In: SPOSITO, Eliseu S. (Org.). *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Pres. Prudente: UNESP/FCT, 1999. p.115-136.

PACHECO, Carlos Américo. *Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 633).

SABÓIA, João. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 85-122, 2001.

SANTOS, Milton. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. VALLADARES, L; PETRECEILLE, E. (Coord.). São Paulo: Nobel, 1990. p. 183-191.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2004a.

_____. A região cresce mais que a metrópole. In: _____. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec/Educ, 1994. p. 53-77.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004b.

Recebido para publicação dia 15 de Janeiro de 2007

Aceito para publicação dia 22 de Fevereiro 2007